

PAISAGEM VIVIDA E PAISAGEM PLANEJADA: DA EXPERIÊNCIA DOS MORADORES À IMPLANTAÇÃO DOS GRANDES PROJETOS*

Vera Lúcia dos Santos¹

Resumo: A preocupação do presente artigo é apresentar algumas discussões acerca da implantação de grandes projetos que acarretam, via de regra, em impactos sociais deletérios. Assim, comenta-se algumas pesquisas desenvolvidas nos últimos anos que preocuparam-se em narrar os vários problemas sociais, econômicos e culturais de milhares de pessoas que são atingidas pela construção de mega-obras. Salienta a importância do planejamento participativo como única forma de minimizar os danos sociais e integrar as paisagens planejadas às pessoas que nela irão viver.

Palavras-Chave: Paisagem Vivida, Paisagem Planejada, Impactos Sociais, Grandes Projetos.

Abstract: The worry of this current article is presenting some discussions about the implantation of large projects that they cause, usually, in social harmful impacts. More over, it has been commented about some researches developed in the last years that they have been worried in telling the several social, economic, and cultural problems of thousands people who are affected by this mega-works construction. It has been focused the importance of this participative projection, namely the unique form in order that to minimize the social damages and integrate the landscape to the people who are supposed to live on them.

Key- Words: Lived Landscape, Planned Landscape, Social Impacts, Large Projects

As paisagens devem ser analisadas adotando-se como referencial básico a vivência das pessoas. Assim, a paisagem na qual uma pessoa vive entra na sua existência e torna-se parte inerente dela, tornando-se impossível a separação entre ambas.

Adotando essa compreensão, torna-se possível imaginar a magnitude dos impactos sociais provocados pela implantação de grandes projetos, uma vez que nos últimos decênios a sociedade tem se caracterizado por promover o aniquilamento deliberado de paisagens e lugares, em prol do desenvolvimento econômico imediato.

* Texto pertencente ao primeiro capítulo da Dissertação de Mestrado, da autora, intitulada: "Projetos Hidrelétricos de grande porte e efeitos sociais: o exemplo do topocídio provocado pela barragem de Porto Primavera"

¹ Doutorando no programa de pós-graduação em Geografia (doutorado) da UNESP-Rio Claro/S1

Preocupados com essa problemática, alguns autores como Pereira (1992), Villela (1992), Sigaud (1988), Silva (1997), entre outros, têm demonstrado com profundidade as repercussões sociais que tais projetos implicam, já que dilaceram os meios e modos de vida da população atingida, obrigando-as a romperem com o seu cotidiano e com suas relações sociais, econômicas e culturais.

No geral, nota-se que para as empresas empreendedoras que realizam obras de grande porte necessitando relocar famílias para outras áreas, o papel social delas encerra-se no fato de planejar a nova paisagem, o novo local. Não consideram as relações existentes entre as pessoas, o significado do bairro, a afetividade existente com alguns elementos da paisagem, como igrejas, morros, cemitérios, parques, entre outros.... Como afirma Villela (1992:65) "a rua onde se mora, bem como as ruas em que se transita diariamente, são partes de experiência particular de cada um".

A maior tristeza que assola as pessoas que perdem sua cidade, seu bairro, sua propriedade rural, enquanto paisagem vivida, é o sentimento de perda, é o topocídio imposto, que está relacionado diretamente com a perda do lugar que as pessoas aprenderam, durante muitos anos, a apreciar ou desgostar de determinados elementos, além de significar a base sólida de sua sobrevivência, uma vez que por mais carente que o lugar seja em termos de recursos, ali as pessoas desenvolvem suas atividades econômicas, tirando delas o seu sustento.

Com a implantação de um grande equipamento, num lugar onde a vida de milhares de pessoas são atingidas, geralmente o que ocorre são intensos conflitos perceptivos oriundos da expectativa da mudança e da tristeza daqueles que não desejam abandonar o seu lugar, mas são literalmente obrigados. Observa-se na literatura existente a respeito, que os mais jovens ficam eufóricos com a mudança para um novo lugar, até porque as pessoas mais jovens gostam do novo, do inesperado, do começar de novo, enquanto que os mais idosos, diante da experiência de vida, do apego enraizado ao lugar, sentem e lamentam muito a partida. Em sua pesquisa sobre Nova Ponte, Villela (1994) identificou como os principais conflitos perceptivos a tristeza, o medo, expectativa, satisfação, hesitação, ansiedade, progresso, modernidade. A autora revela que durante o depoimento dos moradores havia uma nítida mistura de sentimentos, valores e expectativas de quem estava vivenciando a morte lenta porém concreta, da sua cidade, da sua paisagem, da história de lutas e conquistas que cada pedacinho da cidade encerra. A autora observou

que “com a perspectiva da mudança e o desaparecimento da cidade querida, tudo e todos assumiram um valor bem mais expressivo do que talvez sempre tiveram ou foram considerados”(Villela, 1994:29), destacando com clareza dois conflitos perceptivos que afloraram: um relacionado à paisagem vivida e outro ligado à futura cidade, ou seja, à paisagem a ser vivida. Após analisar detalhadamente as manifestações topofílicas dos moradores de Nova Ponte em relação à paisagem vivida e à expectativa da mudança enfrentada por eles, em relação à cidade planejada, Villela destacou os seguintes conflitos perceptivos em todo o processo:

**perda da identidade cultural*, fazendo com que as pessoas, num último momento, valorizassem a cidade que viviam, demonstrando por ela profunda admiração pelas belezas naturais e por sua história;

**impacto na área rural*, já que a construção da usina hidrelétrica de Nova Ponte agravou a situação dos pequenos proprietários rurais que já vinham sofrendo o processo de expulsão de suas terras, diante da mecanização da agricultura e pecuarização do cerrado;

**indenização*: destacou-se por ser um ponto de profundo conflito, uma vez que o terreno recebido na nova cidade impedia a população (principalmente as pessoas de baixa renda) de utilizá-lo para a cultura de subsistência;

**distribuição dos lotes*: a distribuição dos lotes residenciais, comerciais e industriais pela Associação dos Moradores de Nova Ponte foi considerada injusta por muitos moradores, mesmo considerando questões importantes, como de vizinhança, por exemplo, pois outros problemas considerados prioritários pela população não foram equacionados.

Tal como em Nova Ponte, tais conflitos perceptivos são plenamente visíveis em qualquer projeto, cuja população atingida é vista apenas como um empecilho na busca de outros objetivos que, para a empresa, são mais importantes, como por exemplo, a maximização de seus lucros.

Semelhante foi o processo que aconteceu em Itaparica, localizada na região submédica do rio São Francisco, que deslocou cerca de doze

mil famílias, correspondendo a sessenta e cinco mil pessoas, que foram atingidas direta e indiretamente, para dar lugar a um reservatório de 150 Km de comprimento, alagando 834 Km² de terras férteis, gerando os mais diversos conflitos entre os atingidos e a Companhia Energética do Vale do São Francisco - CHESF. Segundo relatos da Comissão de Moradores da área, a política adotada pela CHESF se baseou em violências, péssimas indenizações, desorganização da produção, falta de perspectivas para os trabalhadores rurais, afetando uma parcela razoável da população que se viu vítima de problemas econômicos, já que perdeu suas terras, suas casas e seu estilo de vida. Como afirma o Centro de Defesa dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco (1992:10),

hoje, as populações das cidades e áreas inundadas sentem uma dor indescritível ao olhar o grande lago de Itaparica. Sabem que ali dentro se afogaram suas fruteiras e plantações, as matas que alimentavam o criatório de animais nos períodos de estiagem, os saguis que vinham comer quase que dentro de casa. Sua própria história ficou debaixo d'água, vestígios de tribos milenares ou de como nascem as cidades e povoados.

Por outro lado, a CHESF publicou em 1987, poucos meses antes de Itaparica entrar em funcionamento, um artigo onde esclarecia que seu objetivo primordial enquanto empresa responsável pela produção e distribuição de energia elétrica estava sendo cumprido, embora reconhecesse que o potencial elétrico instalado ainda era pouco diante da grave crise energética que assolava o Nordeste. Destacava ainda as obras realizadas como sinônimo de progresso e desenvolvimento, embora afirmando sua preocupação com os impactos provocados. Nesse artigo intitulado "Itaparica, 2.500 Mw no lugar de 36.000 pessoas" (CHESF, 1987:22), a empresa coloca esse *slogan* como sendo necessário, e, portanto, ela cumpre seu papel, não parecendo importar a ela o que essas 36.000 pessoas atingidas diretamente irão fazer de suas vidas daquele momento em diante.

Situações como essas foram idênticas na construção de outras usinas, tais como: Sobradinho, Tucuruí, Balbina, Moxotó, Itá, Machadinho, entre outras...

No caso de Sobradinho, o desrespeito com os impactos sociais foi tão visível que a literatura produzida sobre a área esboçou os mais

variados problemas, tendo um ponto em comum: as autoridades se preocuparam apenas com a produção de energia elétrica, ignorando completamente as implicações sociais no momento da tomada de decisões. Localizada no submédio São Francisco, a cerca de 50 quilômetros da cidade de Juazeiro, na Bahia, sendo construída pela CHESF, o objetivo primeiro de Sobradinho era apenas a regularização plurianual do rio São Francisco, favorecendo o funcionamento contínuo das usinas à jusante, principalmente Paulo Afonso. No entanto, tinha também outros objetivos tais como: melhoramento das condições de navegabilidade à montante e a construção de uma tomada de água para garantir a irrigação do projeto Massagano da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco - CODEVASF (Sigaud, 1983:166). Em junho de 1973, iniciaram-se as obras para a formação do reservatório, sendo que um ano depois o Presidente General Ernesto Geisel decidiu que Sobradinho deveria produzir energia elétrica, por considerar que a crise mundial de petróleo tornaria completamente inviável a instalação de novas usinas térmicas no país.

O lago de Sobradinho possui 4.214 Km², uma extensão de 350 Km, uma largura variável de 5 a 40 Km, com uma capacidade de armazenar 34 bilhões de m³ de água e, apesar de ser uma mega-obra, a relação entre a área inundada e a energia produzida é considerada péssima, pois até recentemente alguns autores afirmavam que "a energia gerada por Sobradinho ainda não havia beneficiado totalmente a região matriz, onde está situado o reservatório" (Sigaud, 1983:89). Além dos imensuráveis impactos ambientais, que toda implantação de grandes projetos acaba acarretando, a usina hidrelétrica de Sobradinho é alvo de muitas críticas no que diz respeito aos impactos sociais e econômicos, já que inundou quatro cidades sedes de municípios, além de dezenas de povoados, provocando o deslocamento compulsório e atabalhoado de cerca de 70 mil pessoas, causando profundas alterações nas condições de vida das populações residentes à jusante da barragem e à montante do lago. O descaso com a população afetada foi tão grande que, apesar das obras civis terem sido iniciadas em 1973, só em março de 1975 a CHESF apresentou um plano contendo indicações sobre o que fazer com a população, plano este que propunha o deslocamento de cerca de 4000 mil famílias e o reassentamento num projeto de colonização a 700 quilômetros de distância da região. O pior é que esse plano contrariava frontalmente o desejo da população de permanecer na área, sendo esta uma das principais razões do seu fracasso. Algumas famílias chegaram a ser removidas e depois retornaram, outras se recusaram a mudar, obrigando a CHESF a

improvisar uma solução imediata na borda do lago, promovendo o reassentamento quase que simultaneamente à subida das águas (Sigaud, 1988).

Percebe-se claramente que a população ficou completamente alijada de seus interesses e direitos, sendo obrigada a perder seu estilo de vida, deixando sua paisagem vivida, que podia ser carente de recursos, mas a cujas dificuldades os moradores já estavam totalmente adaptados, para começar de novo em um lugar que certamente imporá às pessoas novas condições, obrigando-as a romper com o seu cotidiano, sem nenhum acompanhamento da empresa que visasse a minimizar tais danos.

Outro exemplo pode ser citado, o caso da barragem de Itá, cuja construção deveria ter-se iniciado em 1987 no rio Uva, bacia do rio Uruguai, divisa do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, conforme previsão do Plano 2010 da Eletrobrás, mas que encontrou a resistência maciça dos atingidos diretamente tanto pela obra de Itá como de Machadinho, outra usina localizada na mesma bacia hidrográfica. Formou-se uma Comissão Regional dos Atingidos por Barragens - CRAB que, junto à Eletrosul, passou a reivindicar seus direitos, tentando-se evitar o cataclisma social que os atingidos pela barragem de Sobradinho, Tucuruí, Balbina, entre outros, sofreram. Assim como ocorreu em Sobradinho, a nova cidade de Itá - paisagem planejada - já está praticamente pronta, o canteiro de obras já foi desapropriado, mas a Eletrosul ainda não dispõe de um plano de reassentamento para os 5.700 camponeses, sendo que o projeto inicial dos técnicos da empresa era reassentar essa população em uma área de colonização no Mato Grosso do Sul, projeto este que encontrou forte resistência dos camponeses que, obrigatoriamente, terão que abandonar suas terras. Porém, recentemente, diante da pressão social, a Eletrosul reconheceu a representação camponesa através da CRAB e com ela firmou o compromisso de não iniciar as obras antes do reassentamento dos atingidos.

Recentemente Silva (1997) realizou uma pesquisa sobre a atuação da Companhia de Saneamento Básico de Minas Gerais - COPASA - MG, empresa responsável pelo abastecimento e distribuição de água para a região metropolitana de Belo Horizonte, que implantou uma barragem no rio Manso, cuja obra se iniciou em 1986. Visando ao abastecimento de água, desapropriou centenas de pessoas não só do seu lugar, mas de seu próprio cotidiano, resultando em um impacto de grande magnitude, mas pouco percebido e valorizado pela empresa, que o tratou de forma parcial e genérica. A autora apresenta como objetivo principal de sua pesquisa

analisar o processo de mudança e as conseqüentes transformações em seu espaço de vida, vivenciado pela população, que apesar de ter transcorrido praticamente dez anos desde o início da construção da barragem, ainda manifesta sérios problemas oriundos de seu deslocamento obrigatório.

Pesquisando grupos diferenciados da população, mas atingidos diretamente pela implantação do empreendimento, a autora concluiu que os efeitos negativos desses projetos na vida e no cotidiano das pessoas são danosos e irreversíveis, salvo raras exceções, tornando-se muito mais dolorosos pela total falta de sensibilidade da empresa empreendedora, que visa apenas a relação custo/benefício, vendo a população atingida como um mero problema que tem que ser removido.

No que diz respeito à Usina Hidrelétrica de Porto Primavera, localizada no rio Paraná e considerada pela própria empresa empreendedora (CESP- Companhia Energética de São Paulo), como uma "usina problema", duas pesquisas foram divulgadas recentemente, tendo como preocupação ressaltar os impactos sociais, bem como as mudanças ocorridas no cotidiano das pessoas residentes no distrito de Porto XV de Novembro, atingidas diretamente pela implantação da usina.

Mariani (1996) desenvolveu uma pesquisa tendo como objetivo principal entender o significado das experiências de vida dos moradores de Porto XV de Novembro, avaliando o que representa a implantação do projeto da usina para essas pessoas. Para tanto adotou como metodologia a entrevista, cotejando trinta depoimentos realizados com pescadores, oleiros, arrendatários de olarias e pequenos comerciantes ligados à pesca e à produção de cerâmicas. O autor selecionou esses segmentos da população, optando trabalhar com histórias de vida, resgatando o que representa para os ribeirinhos trabalho, moradia, vida em família, uma vez que são relações sociais que foram praticamente rompidas diante da construção da usina hidrelétrica de Porto Primavera. Durante a realização da pesquisa, transparecem claramente os impactos sobre o trabalho e a vida social das pessoas residentes no distrito, já que as suas atividades econômicas e culturais sempre foram extremamente ligadas ao rio. O autor destaca que observou duas tendências nos discursos obtidos, sendo a primeira o relato constante referindo-se ao passado, o que é compreensível, uma vez que as pessoas utilizam o passado como parâmetro para avaliar as mudanças que estão ocorrendo em sua vida. Villela (1992) também se reporta a tal fato quando salienta que para as pessoas tudo e todos passam a ter um valor que talvez nunca foi demonstrado anterior-

mente, estando diretamente ligado com o sentimento de perda da paisagem vivida.

A segunda tendência destacada pelo autor é a reelaboração dos valores e da cultura vividos pelas pessoas. Os valores não estão sendo substituídos ou rejeitados, mas está havendo um processo de reelaboração a partir das novas experiências, pois as pessoas já perceberam que são responsáveis pelo seu novo cotidiano e por (re) construir seus meios e modos de vida.

Adotando a mesma metodologia, na mesma área de estudo, Gonçalves (1997) preocupou-se em resgatar as experiências de vida dos pescadores de Porto XV de Novembro, esboçando os valores que privilegiavam e como percebem as transformações advindas com a implantação da UHE de Porto Primavera, tanto no que diz respeito ao seu cotidiano, como na sua atividade econômica. Tal como em outras pesquisas que tiveram como preocupação dar voz aos impactados, o autor salienta que a idéia de mudança está relacionada ao sentimento de incerteza quanto ao futuro. A terra, água, peixe, casa, vizinhos representam valores que foram atribuídos ao longo do tempo e nenhuma indenização conseguirá apagar o sentimento de perda que assola os ribeirinhos. Não se trata de valores puramente materiais, como entendido pelos técnicos da CESP, mas valores atribuídos ao longo de uma vivência, de contato direto com elementos da paisagem vivida que representam sua cultura, sua sobrevivência, seu modo de vida.

Tais danos sociais e econômicos, além de impactos ambientais deletérios, não são provocados apenas por empreendimentos que visam à produção de energia elétrica ou então contenção de água para abastecimento ou irrigação. Na verdade, qualquer obra que provoque a remodelação abrupta da paisagem causa danos irreversíveis e se caracteriza pela mesma amplitude dos problemas.

Também com paisagem industrial há impactos irreversíveis. Pereira (1992) realizou uma pesquisa sobre a paisagem industrial na percepção dos moradores de Ouro Branco (MG), tendo como preocupação básica entender como diferentes segmentos da comunidade percebiam a paisagem planejada, que praticamente substituiu a paisagem vivida pelos moradores. Com a circulação crescente de pessoas gerada pela implantação da Açomina, percebe-se nitidamente a modificação do cotidiano das pessoas que ali viviam, com a imposição de um novo ritmo diário e outra vivência da paisagem. Realizada com base na análise qualitativa, a autora chama a atenção para a paisagem industrial planejada e construída

que substituiu a tranqüila paisagem que existia anteriormente. A população se sentiu inferiorizada diante dos novos moradores, técnicos e operários que faziam parte da expressiva mão-de-obra utilizada pela Açominas, sendo vítima da implantação de um pólo industrial que nada tem a ver com a realidade e a economia local. A autora destaca que o único objetivo da instalação da usina foi o expansionismo de caráter nacional, sem objetivar favorecer mais firmemente a própria comunidade local, fazendo parte de um projeto totalmente exógeno àquela área. Como consequência, são altos os custos sociais pagos pelos ourobranquenses, tais como: migração forçada, especulação imobiliária, favelização e segregação social, dentre outros.

Ao aplicar o questionário em dois segmentos distintos da população, sendo um grupo composto por moradores que residiam na cidade antes da instalação da usina e outro grupo morador na cidade após a implantação da mesma, a autora verificou que foram muitos os efeitos sócio-econômicos do projeto e chama a atenção para que as indústrias tenham mais clareza nas informações passadas às comunidades, minimizando assim a insegurança e a incerteza oriundas a partir da mudança na paisagem vivida. Para evitar maiores problemas, as empresas deveriam buscar uma "participação crescente, nessas políticas, das populações interessadas (grupos, movimentos e lideranças comunitárias), através de estudos e pesquisas periódicas, de monitoramento, das percepções, atitudes, preferências, valores e aspirações dessas populações", (Pereira, 1992:188).

Sendo assim, qualquer novo elemento introduzido na paisagem poderá acarretar mudanças bruscas na relação homem e lugar, fato que se agrava quando tal elemento força a saída do homem para outro lugar, totalmente diferente daquele que ele (re) criou e aprendeu a amar com o passar dos anos. Situações como essa são típicas e facilmente encontradas em todo o mundo e, atualmente, diante do avanço científico e tecnológico, vários são os exemplos que podem ser citados. A construção de barragens para geração de energia elétrica, irrigação ou abastecimento de água, empresas mineradoras, grandes indústrias, projetos urbanísticos, aterros sanitários, entre outros, são exemplos de equipamentos que podem ser introduzidos na paisagem, mudando o cotidiano das pessoas, que são atingidas direta ou indiretamente, provocando impactos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

Os aspectos sociais são relegados a um segundo plano desde as fases iniciais do projeto de um grande empreendimento, uma vez que só

após a aprovação dos estudos de viabilidade técnica é que geralmente as empresas de consultoria começam a caracterizar a população direta e indiretamente afetada. Nas fases anteriores, como o pré-inventário e o inventário, tem-se a preocupação de avaliar o potencial hidráulico de um trecho do rio ou de uma bacia hidrográfica, juntamente com investigações geológicas e geotécnicas. Entretanto, a população afetada não é sequer mencionada, ou seja, é lícito afirmar que os critérios adotados para a aprovação dos projetos são estritamente técnicos e as possibilidades de recursos financeiros têm sido elementos chaves na decisão de levar adiante projetos de hidreletricidade. Só depois da aprovação do projeto pelos órgãos licenciadores e de firmar os contratos milionários com as empresas envolvidas é que se procede então ao que se convencionou chamar de avaliação de impactos sociais, ou seja, no momento de tomada de decisão não importam as implicações sociais, sua dinâmica e estrutura, bem como os milhares de quilômetros quadrados e inúmeras obras de infra-estrutura que existam na área. Nesse sentido, Sigaud (1988:104) reitera que "trata-se no entanto de avaliar para minimizar, mitigar ou neutralizar impactos de uma decisão já tomada e em curso, e nunca uma avaliação de impactos para ser levada em conta na decisão de construir uma hidrelétrica".

Além disso, cabe ressaltar que na decisão de construir hidrelétricas estão embutidos interesses empresariais, tais como os de empresas consultoras encarregadas do planejamento do setor, de empresas da construção civil, empresas que produzem equipamentos elétricos, além de empresas que são favorecidas através do subsídio oferecido pelo governo e que necessitam de muita energia para se implantar. Como afirma Sigaud, (1988:104)

ao contrário do que poderia pensar, na construção de uma hidrelétrica não estão em jogo apenas os altos interesses nacionais de produção de energia para o desenvolvimento, mas também os interesses particulares de grupos de empresas que se beneficiam enormemente com os investimentos do setor elétrico, assim como os interesses do capital financeiro internacional, que fornece uma parcela importante dos recursos.

Outro fato que deve ser destacado é com relação ao papel das empresas consultoras de planejamento, responsáveis na maioria das ve-

zes pela elaboração dos EIA/RIMAs. Embora o CONAMA estabeleça critérios para o licenciamento das obras, o próprio EIA/RIMA é elaborado sob a chancela dos interessados nos projetos, sendo que a empresa interessada é a responsável pelo pagamento do relatório. Ora, mesmo se tratando de equipes multidisciplinares independentes do proponente, é evidente que dificilmente elas produzirão um RIMA propondo a não realização de um projeto, pois isso seria suicídio para uma empresa. Além disso, muitas empresas de consultoria estão intimamente ligadas a empresas interessadas na aprovação dos grandes projetos. Nesse aspecto, Sigaud cita o exemplo do Consórcio Nacional dos Engenheiros Consultores - CNEC, que é a empresa de consultoria responsável pelo estudo de viabilidade técnica da construção de usinas hidrelétricas no Xingu, sendo também responsável pela consultoria da Camargo Corrêa, provavelmente uma das maiores empresas de construção civil do país, que é uma das beneficiárias da energia subsidiada gerada por Tucuruí.

Como resultado desta política de interesses, cujo objetivo final é a realização dos projetos, minimizando os imensuráveis impactos, percebe-se que a maioria dos estudos feitos por encomenda do setor elétrico são repetitivos, pobres, e praticamente ignoram a dinâmica social e riqueza cultural existentes na área atingida. Para o setor, minimizar o impacto significa indenizar os cidadãos, como se o social, com suas características próprias, fosse quantificável e passível de ser ressarcido justamente. Como minimizar o impacto de uma comunidade que perde seus meios e modos de vida? Como compensar as perdas culturais? Como mitigar a inviabilização das formas de cooperação econômica entre pequenos produtores que ficam dispersos nos reassentamentos? Como o setor pretende compensar as perdas de um grupo social que será dividido ao meio pelas águas represadas no Alto Uruguai?

São milhares de pessoas que vêm seus interesses e direitos, seus meios e modos de vida, além do seu próprio cotidiano afogados por um empreendimento que, na maioria das vezes, tem duvidosa transparência técnica e política. Porém, poderia ser contra-argumentado que o que está em jogo é a geração de energia, insumo básico para o desenvolvimento econômico, tratando-se de uma alternativa nobre em relação à energia nuclear, já que não envolve graves riscos. Respondendo a este tipo de argumento se afirma que a questão não é essa, pois ninguém é contra, em princípio, a geração de hidreletricidade, Sigaud (1988:106) prepondera:

para uma sociedade que pretende ser regida por princípios democráticos, torna-se imperativo que deci-

sões deste tipo - que implicam em inversões maciças de capital e que trazem em seu bojo efeitos sociais tão graves - considerem, como uma variável tão importante quando a demanda de energia e os interesses de empresas sequiosas por encomendas milionárias ou energia barata, os interesses de alguns milhares de cidadãos brasileiros afetados por essas obras e a própria Nação brasileira.

O que não é aceitável é que, utilizando-se do pretexto de produção de energia limpa, barata e renovável, se dê prosseguimento a uma política autoritária e injusta, econômica e socialmente.

Paisagem Planejada: introdução de equipamentos de grande porte na paisagem vivida

Vários são os exemplos de intervenções antrópicas que modificam totalmente a paisagem que é um espaço vivido, em prol de um espaço completamente diferente, ou seja, uma paisagem planejada. Tal processo decorre principalmente das ações de empresas mineradoras, implantação de usinas hidrelétricas, expansão da rede urbana, instalação de grandes parques industriais, entre outros, que se caracterizam por ser equipamentos de grande porte, que, ao serem impostos na paisagem, provocam a expulsão de milhares de pessoas do seu lugar, da sua paisagem vivida. São exemplos claros de topocídio, que retratam verdadeiros impactos nas esferas econômica, política, social e cultural, além de mudanças drásticas na dinâmica dos elementos naturais.

Na língua portuguesa, impacto tem o significado de colisão, choque, podendo portanto definir uma espécie de trauma resultante de uma ação ou obra humana em desarmonia com as características e o equilíbrio do meio ambiente (Branco, 1988:18). Esses impactos desencadeados pela ação humana são bem diferentes dos impactos chamados naturais, como por exemplo, raios que caem em florestas e provocam incêndios (às vezes até de largas proporções); ou choques de grandes meteoros que podem provocar a extinção periódica de grandes números de espécies ou famílias inteiras de organismos animais e vegetais, como acredita-se ter acontecido com os dinossauros. Os impactos antrópicos caracterizam-se, principalmente, por quebrarem um ciclo natural, uma ordem existente entre os sistemas que são interdependentes e inter-relacionados, garantindo o fluxo contínuo de energia. Há entre os sistemas uma intensa harmonia, mas ao mesmo tempo ele é muito frágil e dinâmico, possuindo uma capacidade quase infinita de auto-regulação e adaptação às novas condições

naturais do ambiente. Porém, a interferência do homem de uma forma contínua e muitas vezes desordenada acaba provocando danos irreparáveis. São, por exemplo, os conhecidos casos de acidentes com navios petroleiros, que derrubam quantidades imensas de óleo no mar; desmatamento em caráter permanente; lançamento de resíduos químicos e tóxicos, além de esgotos domésticos e industriais "in natura" nos nossos rios; crescimento desordenado das cidades, sem nenhum planejamento prévio, enfim, os diversos impactos ambientais, sejam eles específicos ou globais, agem sobre os sistemas, rompendo o seu equilíbrio e quebrando a perfeita harmonização do sistema homeostático.

Segundo Branco (1988:82), a sociedade moderna tem que entender que as interferências humanas em um ritmo contínuo, acarretando freqüentes e múltiplos impactos ambientais, podem levar a um desequilíbrio total da biosfera, a uma verdadeira catástrofe. O autor destaca que muitos impactos são provocados em nome do progresso e do desenvolvimento, mas a palavra desenvolver, na sua origem, tem o sentido de desembrulhar, liberar, desenrolar, ou, em outras palavras, expandir algo que está envolvido. Por esse motivo, costuma-se dizer "desenvolvimento de um projeto", porque ele provém de uma idéia inicial, ou então "desenvolvimento de um embrião", porque manifesta-se de um potencial já existente, ou melhor, de um gérmen. Por analogia, conclui-se que um real desenvolvimento não pode vir de fora para dentro, "ele é sempre o desabrochar natural de algo que já existia em gérmen ou em embrião" (Branco, 1988:84). Por conseguinte, é incongruente permitir que os governos e as autoridades, de uma maneira geral, permitam a implantação de grandes projetos que acarretam não somente impactos ambientais, mas também impactos sociais, econômicos e culturais, em nome do desenvolvimento copiado de outros países, que possuem outras realidades e outros contextos sócio-políticos, culturais e econômicos.

No caso brasileiro, não se pode esquecer que grande parte da dívida externa brasileira tem por origem recursos canalizados para os grandes projetos apoiados pelos governos federais. Por outro lado, algumas análises econômicas consideram que alguns grandes projetos impulsionaram a economia brasileira para sair da crise enfrentada no início dos anos 80, alcançando consideráveis índices de crescimento em 1984/86 (Rosa, 1988). É óbvio que tem que se buscar o desenvolvimento, mas um desenvolver coerente com determinadas situações, avaliando se os benefícios conquistados compensam os impactos negativos que geralmente a implantação de grandes projetos acarretam, verificando se os

projetos não são potencialmente danosos ao meio ambiente.

Desde a Conferência Mundial de Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, em 1972, muitos esforços vêm sendo desenvolvidos no sentido de avançar nos estudos ambientais e seus impactos, sendo que atualmente já existe uma base metodológica para detectar, diagnosticar, prevenir os diversos impactos ambientais que estão ocorrendo neste final de século. Nesta luta, como aponta Macedo (1995), envolveram-se diferentes órgãos, tais como as universidades e os institutos de pesquisa, empresas de consultoria e projetos, associações ambientalistas, organismos internacionais, como o Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), a Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO) e o Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento (PNUD). Tais discussões tornaram-se muito mais acirradas após o Encontro Mundial de Meio Ambiente, ocorrido no Rio de Janeiro em 1992, conhecido mundialmente como Eco-92, quando autoridades, pesquisadores e representantes da sociedade civil de vários países comprometeram-se em buscar um desenvolvimento sustentável, preocupando-se fundamentalmente com as futuras gerações.

Não há dúvidas de que muito já foi feito, porém ainda existem muitas dificuldades a serem enfrentadas não só por pesquisadores, mas por todos aqueles que se interessam por questões ambientais e valorizam sua importância.

Especificamente no Brasil, a nova Constituição, no artigo 225, capítulo VI, dá um enfoque específico ao meio ambiente, afirmando que todos os cidadãos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, que assegure boa qualidade de vida, cabendo ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo, garantindo a sobrevivência para as gerações futuras, (Assunção, 1995).

Dentro desse contexto, consolidou-se o Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, que na Resolução nº1/86 exige que qualquer obra ou atividade potencialmente causadora de impactos, como por exemplo, usinas hidrelétricas, atividades de mineração, grandes empreendimentos industriais, projetos urbanísticos, aterros sanitários, exploração madeireira, entre outros, tenha, obrigatoriamente, um estudo prévio de impacto ambiental, acompanhado de seu relatório EIA/RIMA, a que se dará publicidade. Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, (Agra Filho, 1993).

Os estudos de impacto ambiental e o relatório representam uma grande conquista, além de inovar a maneira de estudar o meio ambiente, que se dava de uma forma fragmentada, exigindo atualmente uma visão global do meio e a necessidade do envolvimento de equipes multidisciplinares, tanto para a execução de EIA/RIMA, como para sua análise e julgamento.

Segundo Assunção (1995:75), trata-se de um estudo complexo, que deve contemplar as seguintes atividades:

- diagnóstico ambiental da área de influência do projeto, abrangendo os aspectos físicos, biológicos, sócio-econômicos;
- análise dos impactos ambientais do projeto e as possíveis alternativas para mitigar os impactos.

Os impactos, por sua vez, devem ser discriminados em positivos e negativos, diretos e indiretos, temporários e permanentes, imediatos e a longo prazo, os possíveis graus de reversibilidade, a distribuição dos benefícios e ônus sociais e como serão empregadas as medidas mitigadoras dos impactos negativos, além de apresentar um cronograma de acompanhamento e monitoramento dos impactos positivos e negativos.

Percebe-se que as atividades a serem contempladas são extensas, complexas e abrangentes e dependem, inexoravelmente, de um julgamento, sendo que cabe ao Conama realizá-lo. Porém, geralmente os empreendedores não dão muita importância ao EIA/RIMA, contratando empresas que o escrevem sem mesmo terem o devido contato com a área a ser afetada e, além do mais, iniciam o projeto antes mesmo de receberem o parecer final do Conama. Tal fato demonstra que, infelizmente, o EIA/RIMA ainda não está sendo devidamente considerado e que cabe ao poder público e à sociedade civil a cobrança permanente para que a lei seja cumprida. Há necessidade proeminente de que os grandes empreendedores considerem o EIA/RIMA como o principal instrumento de prevenção e avaliação de danos ambientais e que o realizem não só por obrigatoriedade ao cumprimento da lei, mas pela consciência exata de sua importância.

É indiscutível a importância do EIA/RIMA, uma vez que ele é um instrumento político em busca de minimizar os irreparáveis danos ambientais que qualquer empreendimento introduzido na paisagem aca-

ba provocando. No entanto, quando a preocupação vai além de impactos ambientais dos elementos físico-biológicos e avança na questão social, já que meio ambiente abarca não somente elementos naturais, mas também a própria construção social, percebe-se uma grande lacuna entre os elementos sociais e os elementos físico-naturais. Todavia, o EIA/RIMA não deve apenas contemplar os danos ambientais que grandes projetos acarretam, mas deve também explicitar os possíveis efeitos sobre as realidades sociais e qual será a atitude da empresa no sentido de banalizar tais efeitos.

No caso específico de impactos decorrentes da implantação de usinas hidrelétricas, as implicações sociais resultantes desses projetos inserem-se no quadro da política nacional que prioriza a geração de energia hidrelétrica, que se inaugurou na década de 60 e se efetivou nos anos 70. Caracteriza-se principalmente por gerar não apenas hidrelétrica, mas também efeitos sociais drásticos que, infelizmente, não têm merecido das empresas estatais do setor elétrico a atenção que merecem, dado ao seu caráter e relevância, tão importantes quanto danos ambientais físicos e bióticos. Sendo assim, alguns autores têm demonstrado preocupação no sentido de avaliar como o social é discutido e analisado nos RIMAs. Teixeira et alii (1994) realizaram uma pesquisa tendo como objetivo comparar vários EIA/RIMAs de usinas hidrelétricas que estão localizadas em diferentes pontos do país e esclarecem que o social vem sendo utilizado por órgãos governamentais com os mais distintos fins, chegando até mesmo a representar significados diferentes daqueles utilizados nas ciências sociais. Porém, com a criação do CONAMA, as populações tornam-se integrante da linguagem do RIMA, já que o homem está inserido no meio ambiente e não é uma classe que deva ser estudada à parte.

Os autores ressaltam que a população atingida pelos empreendimentos são tratadas nos EIA/RIMAs num plano secundário, sendo que neles as pessoas aparecem como meros receptores das ações, sempre subordinadas, facilmente deslocáveis e convenientemente adaptáveis a novas paisagens. Na verdade, o que acontece é um reducionismo das realidades sociais, que praticamente anula a sua riqueza de significados, bem como suas intrincadas relações, construindo assim um quadro propício para justificar a necessidade do empreendimento. Os autores chamam a atenção para o fato de que a razão desse reducionismo está na concepção de natureza e sociedade, completamente dicotomizada, como sendo duas entidades independentes. Assim, eles afirmam que "a práti-

ca de omissão do componente subjetivo dos processos sociais e da natureza, comum aos RIMAs, vem resultar na simplificação de fenômenos obviamente complexos e no enfoque dicotomizado homem versus natureza” (Teixeira et. alii, 1994:177), levando a uma biologização do social. Referindo-se a esta questão, Vainer (1996:188) comenta a definição de impacto ambiental, utilizada pela Resolução CONAMA, como sendo

qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

- a saúde, a segurança e o bem estar da população;
- as atividades sociais e econômicas;
- a biota;
- as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;
- a qualidade dos recursos ambientais.

A partir dessa definição, a Resolução detalha como devem ser elaborados os estudos e os relatórios de impacto ambiental, em três segmentos bastante distintos:

“o meio físico: compreende o solo, o subsolo, a água, o clima, com destaque para as aptidões do solo e recursos minerais e o regime hidrológico;

“o meio biológico e ecossistemas naturais: a flora e a fauna, destacando-se as espécies de valor econômico e científico e as que estão ameaçadas de extinção;

“o meio sócio- econômico: o uso e ocupação do solo, os usos da água, atendo-se aos sítios e monumentos arqueológicos, culturais e históricos da comunidade, além de evidenciar as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e a utilização futura desses recursos.

Diante destas colocações, Vainer reitera que há extraordinária inespecificidade dos conceitos, sendo que o que parece prevalecer é o uso que a população faz dos recursos - solo, água e demais recursos naturais, enquanto que ela própria não é analisada na sua dinâmica e complexidade. Ora designada como comunidade, ora como sociedade

local, o que interessa é a relação entre a população e os recursos existentes, que são visados pelo empreendimento. Estuda-se o meio ambiente sócio-econômico de um lado, o meio ambiente físico e o meio ambiente biológico de outro, como se fossem esferas totalmente separadas umas das outras. É nesse sentido que o autor destaca que

o meio ambiente de que se trata é o meio ambiente do projeto, do empreendimento. A população, suas formas de existência social e as formas vigentes de sua relação com o seu meio ambiente vêem-se reduzidas a meio ambiente da obra (Vainer, 1996:190).

Em outras palavras, a paisagem vivida pelas pessoas atingidas é reduzida a um mero espaço geográfico, carente de recursos, sem significado de vivência, de troca afetiva, cultural, econômica com o meio circundante. Dentro desse contexto, o social é visto e analisado como se fosse uma fotografia e, assim, fica fácil para os planejadores designarem como será a paisagem planejada. É por esse motivo que quando os técnicos apresentam a nova paisagem planejada às pessoas eles não conseguem entender a insegurança, o medo, a tristeza e até mesmo a insatisfação que assola a maioria dos impactados. Corroborando com a posição de Teixeira et alli, Vainer destaca que os impactos sociais e os processos físicos e biológicos recebem o mesmo tratamento metodológico, utilizando noções extraídas da ecologia, ou seja, há um tratamento homogêneo e contínuo do social e do físico-biótico, ocorrendo uma naturalização ou biologização do social. Desta forma, recusa-se ao social atributos que são inerentes a ele, como por exemplo, a historicidade, a ligação com o lugar, os meios e modos de vida da população afetada.

Em suma, os RIMAs são completamente a-históricos, ou melhor, são destituídos de todo e qualquer conteúdo histórico, como se as realidades fossem estagnadas, imutáveis, sem possibilidade de transformação ao longo do tempo. Nesse âmbito, as sociedades são apresentadas como sem perspectivas e as regiões aonde estão inseridas se caracterizam por economias incipientes, atrasadas, onde a implantação do projeto trará progresso, desenvolvimento, mudanças e melhoria na qualidade de vida, ou seja, de um lado um sujeito que impõe ações, e de outro o alvo de exercício dessas ações. Qualquer manifestação da população, contrária a essas ações, imediatamente é tratada como obstáculo ao desenvolvimento e ao progresso e, portanto, passa a ser um problema, para o qual

deverá ser buscada uma solução qualquer e a qualquer preço.

Tal situação desemboca em sérios conflitos sociais e perceptivos que se tornam graves mediante o fato de que as comunidades afetadas não participam em nenhum momento das decisões que ocorrem intramuros e que mudam, drasticamente, o rumo de suas vidas. Diante disso, há necessidade de que técnicos e planejadores percebam que a população afetada não é mero objeto que se tira de um lugar, de sua paisagem vivida e recriada por ela continuamente, e coloca-se em outro totalmente planejado, mas que está distante de satisfazer seus anseios e expectativas, obrigando-as muitas vezes a romper com as atividades econômicas e culturais que praticavam anteriormente.

Na verdade, o que está faltando nos grandes projetos é dar mais prioridade ao social e às trágicas mudanças que assolam a vida das populações, agravadas pela visão dos técnicos que as tratam como excedentárias. É nesse âmbito que Dubos (1972) afirma que

os Beatles podem ter externado o nosso receio do técnico quando cantaram o Homem de Lugar Nenhum na Terra de Lugar Nenhum fazendo planos abstratos para Ninguém. Há infelizmente muita verdade na sugestão deles de que os técnicos e planejadores são muitas vezes tão cegos quanto é possível e só vêem aquilo que querem ver. Quanto mais esotérico é o conhecimento do especialista maior é a probabilidade de que ele esteja mais interessado na viabilidade técnica do que na importância social.

Assim, a paisagem planejada advinda com a implantação de grandes empreendimentos, geralmente é sinônimo de progresso e desenvolvimento, vistos principalmente pela ótica da ideologia desenvolvimentista. No entanto, para as pessoas que são atingidas ela representa, na maioria das vezes, o rompimento com seu estilo de vida, resultando em impactos difíceis de serem mensurados dentro de escritórios de planejamento.

A substituição da paisagem vivida pela paisagem planejada resultará em um impacto social menor, com repercussões menos drásticas, na medida em que a democracia realmente prevaleça, e que opiniões tão conflitantes e divergentes como de técnicos e população atingida pelas ações dos grandes empreendimentos possam encontrar um caminho ajustado aos interesses da maioria.

Referências bibliográficas

- AGRA FILHO, S.S. *Os estudos de impactos ambientais no Brasil: uma análise de sua efetividade*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1993. (Dissertação de Mestrado)
- ASSUNÇÃO, J.V. de. "Critérios para estudo prévio de impacto ambiental", Sâmia Maria Tauk (org.). *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*, São Paulo: UNESP, 1995.
- BRANCO, Samuel Murgel. *O meio ambiente em debate*, São Paulo: Moderna, 1988.
- CENTRO DE DEFESA dos Direitos Humanos do Submédio São Francisco. *Itaparica: a dor de um povo gerando energia*, Petrolândia (PE), 1992.
- CHESF, "Itaparica, 2.500 Mw no lugar de 36.000 pessoas", *Revista São Paulo Energia*, ano IV, n.38, nov/dez.87, pp.22-26.
- DUBOS, René. *O despertar da razão*, São Paulo: Melhoramentos e EDUSP, 1972.
- GONÇALVES, Humberto Cardoso. *O processo de implantação de Porto Primavera e seus reflexos na atividade pesqueira e nos modos de vida dos pescadores de Porto XV de Novembro (MS)*. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 1997. (Dissertação de Mestrado)
- MACEDO, R.K. de. "A importância da avaliação ambiental", Sâmia Maria Tauk (org.), *Análise ambiental: uma visão multidisciplinar*, São Paulo: UNESP, 1995.
- MARIANI, Milton Augusto Pasquotto. *O peixe e o bairro: território perdido - estudo da população ribeirinha de Porto XV de Novembro e o projeto de implantação da Hidrelétrica de Porto Primavera - 1980-1994*. São Paulo: PUC, 1996. (Dissertação de Mestrado)
- PEREIRA, Doralice Barros. *Açominas: uma paisagem industrial na percepção dos moradores de Ouro Branco*. ICG, UFMG, Belo Horizonte, 1992. (Dissertação de Mestrado)
- ROSA, Luiz Pinguelli. "Os grandes projetos e o setor elétrico", Luiz Pinguelli Rosa; Lygia Sigaud; Otávio Mielnik (org.), *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*, São Paulo: Editora Marco Zero, 1988.
- SIGAUD, Lygia. "Efeitos sociais de grandes projetos hidrelétricos: as barragens de Sobradinho e Machadinho", Luiz Pinguelli Rosa; Lygia Sigaud; Otávio Mielnik (org.), *Impactos de grandes projetos hidrelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais*, São Paulo: Editora Marco Zero, 1988, pp.83-166.
- _____. "Implicações sociais da política do setor elétrico". Leinad

Ayer O. Santos; Lúcia M. M. de Andrade (orgs), *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*, São Paulo: Comissão Pró- Índio de São Paulo, 1988, pp.103-110.

SILVA, Aurora M. Castro D. *Rio Manso: A vivência do impacto de um grande projeto*". ICG, UFMG, Belo Horizonte, 1997. (Dissertação de Mestrado)

TEIXEIRA, Maria Gracinda; et. alli, "Análise dos relatórios de impactos ambientais de grandes hidrelétricas no Brasil"; Aziz Nacib Ab'Saber; Clarita Muller Planteberg, (orgs.). *Previsão de impactos: o estudo de impacto ambiental no Leste, Oeste e Sul - experiências no Brasil, na Rússia e na Alemanha*, São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994. pp.163-186.

VAINER, Carlos. B. "População, meio ambiente e conflito social na construção de hidrelétricas", George Martine (org.), *População, meio ambiente e desenvolvimento: verdades e contradições*, Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996, pp.183-207.

VILLELA, Simone Maria Araújo. *Nova Ponte-MG: uma paisagem a ser vivida*. IGC, UFMG, Belo Horizonte, 1992. (Dissertação de Mestrado)

_____. "Nova Ponte-MG: uma paisagem a ser vivida", *Caderno de Filosofia e Ciências Humanas*, ano II, n.2, Belo Horizonte: FINEP, 1994.